



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



**ÁREA DE EXCLUSÃO DE PESCA: PERCEPÇÃO DISCURSIVA DOS PESCADORES
NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA COSTA DOS CORAIS**

*FISHING EXCLUSION AREA: DISCURSIVE PERCEPTION OF FISHERMEN IN THE
ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA - EPA IN COSTA DOS CORAIS*

MARIA LUCIANA DE ALMEIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Nota de esclarecimento:

Comunicamos que devido à pandemia do Coronavírus (COVID 19), o VIII SINGEP e a 8ª Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) foram realizados de forma remota, nos dias **01, 02 e 03 de outubro de 2020**.



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



ÁREA DE EXCLUSÃO DE PESCA: PERCEPÇÃO DISCURSIVA DOS PESCADORES NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA COSTA DOS CORAIS

Objetivo do estudo

O debate sobre a conservação da biodiversidade marinha vem se ampliando na sociedade brasileira em geral, e no meio acadêmico em particular. A área de exclusão de pesca na Área de Proteção Ambiental – APA Costa do Corais é evidenciada como um modelo. Contudo, estamos falando de uma comunidade caracterizada pela pesca, o que leva a questão: como os pescadores percebem discursivamente a área de exclusão de pesca na APA Costa dos Corais? A fim de conjecturar sobre esta questão tem-se como objetivo entender a percepção discursiva dos pescadores a respeito da área de exclusão de pesca na APA Costa dos Corais.

Relevância/originalidade

Entendendo a área de exclusão de pesca como um exemplo em termos de preservação e conservação dos ecossistemas marítimos e os pescadores como agentes de mudança, deduz-se que a percepção destes influencia na promulgação e replicação daquela. O que queremos evidenciar é que mesmo que os pescadores não sejam atores dotados de poder formal, na comunidade e em seus arredores, eles são agentes influentes e suas ações tem poder. Assim, entender a percepção dos pescadores é uma forma de trazer à baila novos insights sobre como promover a governança em áreas de exclusão de pesca de modo a torná-las uma prática social, almejando assim, a sustentabilidade destas.

Metodologia/abordagem

Os procedimentos metodológicos foram subsidiados pela pesquisa qualitativa, sendo empreendidas entrevistas não-estruturadas juntos aos pescadores. O corpus de pesquisa foi constituído por entrevistas realizadas com pescadores. Foram realizadas 8 (oito) entrevistas. As entrevistas foram transcritas e puderam ser analisadas. O processo de análise dos dados teve como inspiração a análise crítica do discurso de Fairclough (2001) ao buscar identificar formações discursivas. A construção dos enunciados foi um processo demorado que demandou leitura e releitura do corpus repetidas vezes. A priori foram criados 13 enunciados que ao serem relidos resultaram em sete enunciados os quais foram categorizados em duas formações discursivas.

Principais resultados

As formações discursivas foram categorizadas em resultantes da criação da área de exclusão de pesca e consequentes da criação da área de exclusão de pesca. A percepção dos pescadores diante da criação da área de exclusão de pesca, pode ser resumida em quatro resultantes, quais sejam: sensação de manipulação, falta de malícia; necessidade de alternativas e insatisfação de forma geral. Ao analisar os enunciados observou-se que o processo de fechamento da área acarretou em resultantes que culminaram em algumas consequências, quais sejam: necessidade de vigilância, rejeição a instituições de pesquisa e resistência ao fechamento de qualquer outra área.

Contribuições teóricas/metodológicas

Partindo do entendimento de que a região abrangida pela APA Costa do Corais é um espaço constituído por bens comuns, na definição da Ostrom (1990), ou seja, bens que não pertencem exclusivamente a alguém, contudo, são usufruídos por todos, questiona-se não o fechamento da área em si, mas, o processo que levou a essa ação. Os estudos da Ostrom acerca de bens comuns em várias comunidades do mundo evidenciam que, nem o processo de privatização, nem regulamentação estatal foram efetivos na solução de problemas ambientais. Acredita-se na necessidade de envolvimento do ator local, visto que para as pessoas adotarem atividades sustentáveis, é necessário que estas sejam práticas sociais, ou seja, façam parte do dia-a-dia destas (Shove, Pantzar, & Watson, 2012). Desse modo, este estudo contribui para evidenciação da aplicação das teorias da Ostrom e da Shove e seus associados.

Contribuições sociais/para a gestão

Concluiu-se que os pescadores não foram envolvidos no processo de criação da APA, o que não gerou adesão, criando, por conseguinte, uma visão pejorativa acerca da reprodução do processo em outras áreas. Tal fato compromete a consistência e a existência das chamadas atitudes sustentáveis, na APA Costa dos Corais como um todo. Esta alusão pode contribuir para o entendimento acerca de novos intentos desta natureza, podendo, assim, balizar a tomada de decisão sobre a atuação em áreas de proteção ambiental.

Palavras-chave: Área de Exclusão de Pesca, Percepção Discursiva, APA Costa dos Corais, Pescadores, Sustentabilidade



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



FISHING EXCLUSION AREA: DISCURSIVE PERCEPTION OF FISHERMEN IN THE ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA - EPA IN COSTA DOS CORAIS

Study purpose

The debate on the conservation of marine biodiversity has been expanding in Brazilian society in general, and in the academic environment in particular. The area of exclusion of fishing in the Environmental Protection Area - EPA Costa dos Corais is evidenced as a model. However, we are talking about a community based on fishing activity, which lead us to the following question: how do fishermen perceive discursively the area of fishing exclusion in the EPA Costa dos Corais? In order to conjecture on this issue, we aim to understand the discursive perception of the fishermen regarding the area of exclusion of fishing in the EPA Costa dos Corais.

Relevance / originality

Understanding the area of exclusion of fisheries as an example in terms of preservation and conservation of maritime ecosystems and fishermen as agents of change, it is deduced that their perception influences the promulgation and replication of that. What we want to highlight is that even if fishermen are not actors with formal power, in the community and in their surroundings, they are influential agents and their actions have power. Thus, understanding the perception of fishermen is a way to bring up new insights on how to promote governance in areas of exclusion from fishing in order to make them a social practice, thus aiming at their sustainability.

Methodology / approach

The methodological procedures were supported by qualitative research, with unstructured interviews being carried out with fishermen. The research corpus consisted of interviews with fishermen. 8 (eight) interviews were carried out. The interviews were transcribed and could be analyzed. The data analysis process was inspired by the critical analysis of discourse Fairclough's (2001) when seeking to identify discursive formations. The construction of statements was a lengthy process that required reading and rereading the corpus over and over again. A priori, 13 statements were created which, when reread, resulted in seven statements which were categorized in two discursive formations.

Main results

The discursive formations were categorized as resulting from the creation of the fishing exclusion area and consequences from the creation of the fishing exclusion area. The fishermen's perception of the creation of the fishing exclusion area, can be summarized in four results, which are: sensation of manipulation, lack of malice; need for alternatives and dissatisfaction in general. When analyzing the statements, it was observed that the process of closing the area resulted in consequences that culminated in some consequences, namely: need for surveillance, rejection of research institutions and resistance to the closure of any other area.

Theoretical / methodological contributions

Starting from the understanding that the region covered by the APA Costa do Corais is a space made up of common goods, in the definition of Ostrom (1990), that is, goods that do not belong exclusively to someone, however, are enjoyed by all, questioned if not the closure of the area itself, but, the process that led to this action. Ostrom's studies of common goods in various communities around the world show that neither the privatization process nor state regulation was effective in solving environmental problems. It is believed in the need for involvement of the local actor, since for people to adopt sustainable activities, it is necessary that these are social practices, that is, they are part of their daily lives (Shove, Pantzar, & Watson, 2012). Thus, this study contributes to highlight the application of the theories by Ostrom and Shove and their associates.

Social / management contributions

It was concluded that the fishermen were not involved in the process of creating the APA, which did not generate adherence, creating, therefore, a pejorative view about the reproduction of the process in other areas. This fact compromises the consistency and the existence of the so-called sustainable attitudes, in APA Costa dos Corais as a whole. This allusion can contribute to the understanding of new intentions of this nature, thus being able to guide decision-making on the performance in areas of environmental protection.

Keywords: Fishing Exclusion Area, Discursive Perception, Environmental Protection Area EPA Costa dos Corais, Fishermen, Sustainability



1 Introdução

“Ali se pescou por anos e anos... de pai para filho, de filho para neto, de neto para bisneto, e assim foi... muita família viveu do mar... viveu-se tanto do mar que já não há peixes como antigamente... o pescador agora é pintor, caseiro, pedreiro, ou seja lá o que for... mas, para pescador, bom mesmo é viver do mar! Foi então que chegaram uns doutores e limitaram o mar... fizeram uma tal de reserva biológica marítima... lá não se pode mais pescar... lá é lugar de estudo, de pesquisa, de doutor ficar. Mas não é que, como não se podia mais pescar, cresceram peixes e outros bichos do mar... lá os peixes são grandes, do jeito que era antigamente... eu quero ir lá pescar, mas se lá, eu e todo mundo for, de novo, os peixes vão acabar...” (Suficiente, 2010).

O debate sobre a conservação da biodiversidade marinha vem se ampliando no Brasil. Decretos e normatizações que visam regulamentar o uso dos recursos existentes no vasto litoral brasileiro foram foco de discussão nas últimas décadas. Capobianco (2007) evidencia que as unidades de conservação costeiras e marinhas e as áreas de exclusão de pesca são importantes enquanto instrumentos de gestão, no que concerne, a preservação e conservação dos ecossistemas marinhos. Referindo-se, especificamente, as áreas de exclusão de pesca, Mello (2007, p. 16) afirma que “essas áreas têm sido vistas como um dos instrumentos de gestão do uso dos recursos pesqueiros, principalmente, em locais com pescarias multiespecíficas onde as formas convencionais de gestão não vêm dando bons resultados”.

A área de exclusão de pesca, ou, como é expressa popularmente, a área fechada na Área de Proteção Ambiental – APA Costa do Corais é evidenciada como um modelo a ser seguido, ou seja, como um caso bem-sucedido. Em vários relatórios do Ministério do Meio Ambiente, emitidos nos últimos anos, em relação ao tema, a APA Costa dos corais é citada, evidenciando a importância da área de exclusão. Mello (2007, p. 16) ao fazer uma apresentação do Ministério do Meio Ambiente – MMA faz referência a esta área de exclusão como exemplo de “experiências que vêm apresentando resultados positivos na recuperação e proteção dos estoques pesqueiros”. Além dos documentos do MMA pode-se citar reportagens e matérias de jornais como forma de dar visibilidade aos avanços alcançados em relação a recuperação do recife de coral, que abriga uma ampla diversidade de espécimes na região abrangida pela APA. São exemplos: Good News, 2013; Fundação Toyota, 2013; Mar Sem Fim, 2015; Projeto Toyota, 2016, entre outros.

Ao falar sobre a área em uma reportagem Mauro Maida, pesquisador vinculado ao departamento de oceanografia da UFPE, afirmou que “o objetivo inicial da área fechada foi conhecer a capacidade de recuperação do recife de coral” visualizando “se com medidas práticas seria possível recuperar a riqueza do recife de coral” (Good News, 2013). Os resultados da área de exclusão de pesca foram rápidos e amplos, tanto devido a multiplicidade de espécimes quanto pela quantidade destas, além disso, espécies que estavam desaparecendo voltaram a ser encontradas na região. Em virtude da expressividade da área fechada na APA Costa do Corais em termos de recuperação dos recifes de coral e da conservação do habitat natural de várias espécies marinhas ela é considerada um caso de sucesso a ser replicado.

Contudo, estamos falando de uma comunidade socioeconomicamente caracterizada pela pesca, sendo a maioria dos nativos pescadores. Neste sentido, a criação de áreas de exclusão de pesca na região afetou diretamente a comunidade, pois a economia local era baseada na pesca. Sendo assim, os pescadores são os principais agentes envolvidos neste processo, visto que, não apenas vivem na área, mas tiram seu sustento desta. Partindo desta reflexão tomou forma a seguinte questão: como os pescadores percebem discursivamente a área de exclusão de pesca na APA Costa dos Corais?



Este trabalho teve como objetivo entender a percepção discursiva dos pescadores a respeito da área de exclusão de pesca na APA Costa dos Corais. Entendendo a área de exclusão de pesca como um exemplo, em termos de preservação e conservação dos ecossistemas marítimos, e os pescadores como agentes de mudança, deduz-se que a percepção destes influencia na promulgação e replicação daquela. O que queremos evidenciar é que mesmo que os pescadores não sejam atores dotados de poder formal, na comunidade e em seus arredores, eles são agentes influentes e suas ações tem poder. Assim, entender a percepção dos pescadores é uma forma de trazer à baila novos *insights* sobre como promover a governança em áreas de exclusão de pesca de modo a torná-las uma prática social, almejando assim, a sustentabilidade destas.

2 Unidades de Conservação

O debate acerca da necessidade de preservação do meio ambiente ganhou amplitude de escopo nas últimas décadas. Se, inicialmente, a discussão sobre meio ambiente estava atrelada a grupos sociais e ativistas, que buscavam evidenciar que a industrialização acarretava efeitos irreversíveis ao planeta, com o estrangulamento da relação entre desenvolvimento econômico e uso de recursos naturais, esferas do meio corporativo passaram a debater a questão. Contudo, apesar de terem havido muitas conferências em âmbito mundial, nacional e local, se não houvesse intervenção governamental e ou da sociedade civil, inúmeras áreas, que abrigam riquezas, em termos, de fauna e flora, seriam extintas antes que o paradigma da sustentabilidade ambiental se tornasse uma realidade prática.

Diante da necessidade de preservar áreas que congregam características naturais relevantes e de conservar os recursos naturais foram criadas as Unidades de Conservação - UC. No Brasil, apesar de haver um artigo na constituição acerca do direito a um ambiente equilibrado, não havia regulamentação acerca do assunto até o ano de 2000, quando foi promulgada a lei 9.985, a qual regulamenta o art. 225º da constituição federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Tal legislação estabelece os critérios relativos a criação, implantação e gestão de unidades de conservação Brasil, 2000). Unidades de Conservação são:

[...] espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (Ministério do Meio Ambiente – [MMA], 2016, p.1)

Espaços territoriais são transformados pelo governo em unidades de conservação quando constituem um espaço diverso e rico em termos de recursos naturais. As unidades de conservação, entretanto, devem propiciar benesses ao entorno por meio do desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Neste sentido, além de haver estudos técnicos, se necessário, é preciso consultar a população afetada. Os espaços constitutivos de unidades de conservação não são intocáveis, na verdade o intuito é promover novas formas de empreender as atividades econômicas de modo sustentável. Tais espaços, em sua maioria, são permissivos ao uso e exploração econômica do conjunto de recursos existentes visando gerar renda, emprego e desenvolvimento, sem que, para tanto, haja destruição ambiental, ou seja, é desejável a exploração econômica desde que haja conservação da biodiversidade (Ministério do Meio Ambiente – [MMA], 2016).

O uso dos recursos constituintes de espaços regulamentados como unidades de conservação deve ser pautado pelas características destes. Para tanto, o SNUC estabeleceu os



tipos de unidades de conservação, suas particularidades e usos prováveis. O SNUC classifica as unidades de conservação em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral possuem como finalidade promover a proteção e preservação da natureza, sendo espaços mais restritivos em termos de uso de recursos. Já as Unidades de Uso Sustentável visam possibilitar a compatibilização entre uso e conservação de recursos, regulamentando o uso sustentável dos recursos naturais existentes em determinados espaços (Brasil, 2000).

As categorias de Unidades de Proteção Integral são: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre. E as de Unidades de Uso sustentável são: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN). É imprescindível que se pondere as especificidades e potencialidades de uma região, ao categorizá-la, a fim de que seja possível ao entorno e atores envolvidos o desenvolvimento de atividades econômicas atrelado a preservação e conservação do meio (Ministério do Meio Ambiente – [MMA], 2016). Cada uma delas possui finalidades e usos possíveis distintos. Sendo a mais aberta e flexível a área de proteção ambiental.

3 Área de Proteção Ambiental – APA Costa dos Corais

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) têm sido objeto de estudo devido à importância destas para o meio ambiente. Mesmo que estas sejam consideradas as mais permissivas, em termos de uso e regulação, elas são muito importantes no que concerne a preservação ambiental. A categoria APA foi criada por meio da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, tendo em vista o interesse na proteção ambiental, para conservar ou melhorar as condições ecológicas locais e assegurar o bem-estar das populações, humanas (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [IBAMA], 2007). Uma APA pode ser estabelecida em área pública ou privada, sendo regida pela União, pelo estado ou pelo município. O seu objetivo é conservar as características naturais da área a ser protegida, possibilitando o reestabelecimento das vidas existentes que predominavam no local, renovando os sistemas naturais e melhorando a qualidade de vida dos nativos, possibilitando orientá-los sobre o desenvolvimento da área que se adequará as novas regras de preservação (Brasil, 2000).

O SNUC conceitua APA como sendo “uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas” a qual “tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (Brasil, 2000, Art. 15). As APAs são espaços de interação constante entre humanos e não-humanos e sua finalidade é possibilitar o uso sustentável dos recursos existentes. Contudo, como existem atores que vivem e desenvolvem suas atividades neste ambiente conflitos são uma das facetas deste tipo de UC.

A Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais foi criada por um decreto Federal em 1997. Esta abrange uma área aproximada de 413.563 hectares que envolve parte do litoral sul de Pernambuco e do litoral norte de Alagoas. A APA se estende por 120 quilômetros de praia, passando por 13 municípios e avançando cerca de 30 quilômetros mar a dentro (Repórter Eco, 2016). Ela se configura como sendo a primeira unidade de conservação federal a incluir os recifes costeiros ou recife de corais, que se configuram como ecossistemas que abrigam grande diversidade de animais e plantas. É, ainda, considerada a maior unidade de conservação marinha do Brasil (Ferreira, Maida & Cava, 2001).



VIII SINGEP

Simposio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



Os recifes de coral constituem-se em importantes ecossistemas, altamente diversificados, no nível local, regional e principalmente no global. Por abrigarem uma extraordinária variedade de plantas e animais são considerados como o mais diverso habitat marinho do mundo, e por isso mesmo, possuem grande importância econômica, pois representam a fonte de alimento e renda para muitas comunidades. Uma em cada quatro espécies marinhas vive nos recifes, incluindo 65% dos peixes (Ministério Do Meio Ambiente – MMA, 2016a).

Foi pensando na preservação dos ecossistemas na APA costa dos corais que surgiu o IRCOS (Instituto Recifes Costeiros) que atua na zona costeira de Pernambuco, agindo na preservação dos recifes de corais, recuperando áreas degradadas e estimulando o uso sustentável dos recursos naturais. O IRCOS conta com a contribuição de jangadeiros e pescadores para que a preservação das áreas seja efetivada, eles ajudam os pesquisadores e os fiscais a monitorarem todo território protegido e contribuem com a troca de conhecimento sobre o local. Para lidar com os conflitos cotidianos foi criado o comitê de Gestão da APA Costa dos Corais, a fim de que haja representantes dos interesses e necessidades locais. Já o Projeto Recifes Costeiros adotou como estratégia a capacitação institucional municipal, por meio, da criação e operacionalização dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMAS) nos municípios englobados pela APA (Ferreira, Maida & Messias, 2007).

Visando a preservação efetiva dos ecossistemas da APA Costa dos Corais, foram fechadas duas áreas no mar no território da cidade de Tamandaré, proibindo assim, a pesca e outras atividades no perímetro abrangido pelas áreas. Por meio da portaria IBAMA 10 as áreas foram fechadas pelo período de três anos, sendo proibido “todo o tipo de pesca e exploração, visitação, atividade náutica e turísticas, sendo permitido apenas os estudos e monitoramento científico por equipe licenciada pelo IBAMA, nas áreas selecionadas”. As áreas vêm sendo estudadas pelo departamento de Oceanografia da UFPE, pelo Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueira do Nordeste e pelo Centro de Mamíferos Aquáticos, vinculados ao IBAMA e da Fundação Mamíferos Marinhos (Prates, Cordeiro, Ferreira & Maida, 2007).

A escolha das localizações foi motivada pelo fato de os locais apresentarem várias características de degradação às vidas marinhas existentes, muitas espécies que predominavam nas áreas tinham desaparecido e outras eram encontradas em pequenas quantidades. Além disso, em Tamandaré está abrigado um dos maiores recifes de corais. Sendo assim, o fechamento se deu para proporcionar a recuperação da biodiversidade e o potencial pesqueiro da APA como um todo.

Atualmente estas áreas foram expandidas e formam um único espaço marítimo de acesso restrito a realização de pesquisas. Este espaço é regulamentado e fiscalizado, sendo proibido o acesso de pessoas não autorizadas. Caso alguém acesse a zona de exclusão responderá a polícia federal e poderá ter pena de multa, apreensão de materiais e até mesmo de reclusão social. Tal espaço é considerado um exemplo de conservação do ecossistema e dos espécimes marinhos, devido ao sucesso em termos de manutenção e ampliação do coral, bem como, da reprodução, multiplicação e do reaparecimento de espécies animais na região.

4 Discurso: Fator Essencial das Práticas Sociais

A sustentabilidade é fundamental para que as próximas gerações possam usufruir dos recursos naturais, mas para que se alcancem hábitos favoráveis ao meio ambiente é necessário ampliar as aplicações de sustentabilidade como prática social, inserindo-a nos discursos convencionados socialmente. Ter uma área de exclusão de pesca é importante para o local e permite a conservação daquele ambiente, sendo muito benéfica ao meio ambiente e a sociedade como um todo. Mas, é fundamental entender todos os atores e envolvê-los, sobretudo os nativos,



pois não se pode chegar na casa de alguém e resolver mudar as regras sem permissão ou no mínimo envolvimento dos donos. Além disso, para alçar contextos mais amplos é importante que as pessoas se engajem discursivamente permitindo a institucionalização da ação enquanto prática social.

Partindo da visão da vida social como “redes interconectadas de práticas sociais de diferentes tipos [...]” e entendendo que “toda prática social é uma articulação de elementos sociais diversos em uma configuração relativamente estável, sempre incluindo o discurso” (Fairclough, 2001, p. 231) percebemos que as práticas são permeadas por discursos e que estas são fundamentais para o entendimento da sociedade. Ao buscar entender como atribuímos sentido ao mundo em que vivemos Spink e Frezza (2001, p. 15) corroboram para a concepção da realidade como uma construção social (Berger & Luckman, 1967) entendendo que “no cotidiano de nossas vidas, somos, de fato, produtos de nossa época e não escapamos das convenções, das ordens morais e das estruturas de legitimação”. Estas convenções são socialmente construídas e historicamente localizadas (Berger & Luckman, 1967; Spink & Frezza, 2001). Assim, para promover transformações sociais é preciso compreender as construções de realidade legitimadas no contexto social imaginando-as de outra forma e concebendo a possibilidade de mudanças.

Neste sentido, o discurso é fundamental para a manutenção, resignificação e modificação da ordem social. O discurso corresponde a “diferentes modos de agir” se constituindo como “representações distintas da vida social derivadas das posições assumidas” (Fairclough, 2001, p. 232). As práticas cotidianas são orientadas pelas regras, prescrições e convenções situadas em determinado contexto social, tais práticas tendem a manter e reproduzir discursos (Spink & Medrado, 2001). As significações da realidade são concebidas pelos atores, os quais visualizam o mundo a partir das posições que ocupam na sociedade, dessa forma, se pautam pelas bases aceitas em seu contexto e atribuem significados diversos aos fatos, representando-os por meio de discursos múltiplos. Assim, os discursos “incluem representações de como as coisas são e tem sido, bem como imaginários, entendidos como representações de como as coisas seriam, deveriam ou poderiam ser” (Fairclough, 2001, p. 234).

O conhecimento sobre a realidade não é algo inerente ao indivíduo, mas sim uma construção coletiva a partir contexto social vivenciado a época, portanto, mudanças nas concepções a respeito da realidade dependem da desfamiliarização de crenças enraizadas culturalmente. As convenções construídas socialmente impõem vários obstáculos culturais ao surgimento de novas construções, em termos de crenças e valores, o processo de desfamiliarização cria espaço para novas construções surjam, mesmo que estas estejam impregnadas pelas convenções culturais já existentes (Spink & Medrado, 2001). Assim, “o processo de ‘mudar o sujeito’ pode ser pensado em termos de inculcar novos discursos” (Fairclough, 2001, p. 234). Mesmo discursos fortes encontram alguma resistência a serem inculcados, mas este processo é necessário a transformação de entendimentos acerca da vida em sociedade. O taylorismo, por exemplo, foi um sistema de produção e gestão amplamente difundido, mas a sua existência só foi possível a partir de algumas modificações na forma de ser e nas crenças dos trabalhadores da época (Gramsci, 1971).

Conforme Chappells, Medd e Shove (2011, p. 712) existem evidências concretas de que o discurso pode gerar mudanças nos padrões aceitos socialmente, podendo, inclusive, reforçar, criar ou recriar as normas sociais. Assim, é importante entender quais hábitos e rotinas, relacionados à utilização dos recursos naturais, são disseminados e incorporados no dia-a-dia das pessoas. Para tanto é necessário compreender como novos arranjos sociotécnicos, arranjos estes emergentes a partir da interação entre agência e estrutura, surgem e como estimular que estes arranjos levem a sustentabilidade. Entretanto, novos arranjos, ao mesmo tempo em que,



rompem com estruturas antigas, incorporam elementos destas, o que acarreta a necessidade de entender o contexto histórico dos arranjos sociotécnicos (Shove, 2012a).

O processo de mudança na forma como as pessoas agem e nas configurações sociais é fundamental para a busca de uma sociedade sustentável. Analisar como os sistemas se estruturam e, sobretudo, porque determinados arranjos desapareceram é muito importante para a promoção de incentivos a criação e recriação de arranjos que enfoquem a sustentabilidade. Neste sentido, “qualquer transição sistêmica para a sustentabilidade certamente implicará a queda ou modificação substancial dos regimes sociotécnicos contemporâneos”. Não é possível diminuir a emissão de CO₂, o consumo dos recursos naturais ou a quantidade de lixo mantendo os padrões aceitos na sociedade atual. Além disso, a reconfiguração dos arranjos em busca da sustentabilidade pode envolver uma reposição parcial de padrões de comportamento que funcionaram no passado e que foram substituídos por inovações mais intensivas em recursos. Todavia, a adoção de práticas passadas não é muito bem aceita, sobretudo, no cenário atual, no qual o discurso político a respeito do progresso é muito forte (Shove, 2012a, p. 364).

Para que a mudança de discurso seja efetiva na transformação das práticas é preciso que os materiais e estruturas associadas às mesmas estejam à disposição das pessoas. O conhecimento prático sobre a execução de atividades corriqueiras é guiado por aspectos estruturais, como regras e recursos. Para desempenhar suas tarefas os indivíduos necessitam ter a sua disposição os recursos associados a elas. Não é possível jogar futebol sem um campo, uma bola e alguma forma de trave, assim como, não é possível que as pessoas destinem o lixo ao cesto correto para cada tipo de material se não houverem cestos diferenciados (Shove, Pantzar & Watson, 2012). Os tomadores de decisões detêm o poder de influenciar o processo de distribuição de materiais e recursos. Neste sentido, defende-se que ao invés de buscarem influenciar o comportamento individual os gestores busquem formar redes e coalizões, por meio de recursos e discurso, que possibilitem as condições adequadas ao desenvolvimento de práticas sustentáveis (Shove, 2012b).

Para torna a sociedade sustentável é necessário ampliar as aplicações desta, enquanto uma prática social, inserindo-a nos discursos convencionados socialmente. Este processo de mudança de abordagem é complexo e exige ativa participação, de gestores governamentais, sociedade civil e organizações empresariais. Esta responsabilidade compartilhada é fundamental para divulgar e possibilitar que os atores sociais entendam a dimensão dos problemas socioambientais.

5 Procedimentos Metodológicos

Algumas pesquisas vêm sendo empreendidas ao longo dos últimos anos na realidade estudada. Desde que uma área marítima foi fechada e restrita, a realização de pesquisas, que se focam em questões relacionadas a parte ambiental, tais como, reaparecimento de espécies, quantidade de peixes existentes, fatores condicionantes a vida no recife de corais, entre muitas outras, é algo corriqueiro. Contudo, os aspectos sociais concernentes a comunidade não têm sido pauta das investigações realizadas. Entendendo a APA Costa dos Corais como um espaço de constante interação entre humanos e não-humanos, este estudo se concentra nos aspectos humanos relacionados a zona de exclusão de pesca. Partindo do pressuposto de que os nativos, em sua grande maioria pescadores, são atores fundamentais no processo de governança em busca por sustentabilidade na área, estes se constituem enquanto foco deste estudo.

Este trabalho se detém a vida social e suas nuances cotidianas sendo, portanto, pautado pelos princípios de pesquisa qualitativa. Conforme Flick (2009, p. 21) devido ao aceleração da dinâmica social, o qual resulta em mudanças mais rápidas e na diversificação das esferas de vida, os pesquisadores precisaram encarar “novos contextos e perspectivas sociais”, assim, as



narrativas passaram a ser “limitadas em termos locais, temporais e situacionais”. A multiplicidade de objetos, juntamente com a necessidade de focar aspectos cotidianos e subjetivos da realidade social, demandam pela realização de estudos de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa é um “conceito guarda-chuva, cobrindo várias formas de investigação que nos ajudam a entender e explicar o significado de um fenômeno social com o menor distúrbio possível do contexto natural” (Merriam, 1998, p.12). Esta abordagem é a mais adequada quando se almeja estudar temas sociais porque permite ao pesquisador ter uma compreensão a respeito do entendimento que os indivíduos possuem acerca dos fatos (Merriam, 2009).

Quando almeja-se obter dados que envolvam percepção e sentimentos em relação a uma situação vivenciada, diversos fatores, como as crenças, os valores, as relações sociais e familiares, atuam tornando complexa a expressão destes (Laville & Dionne, 1999). Quanto mais aberta for a interação mais provável será a obtenção dos reais sentimentos e percepções acerca de determinada realidade. Assim, o instrumento de coleta foi a entrevista não estruturada tendo em vista a obtenção da percepção dos respondentes acerca do fenômeno em estudo. Conforme Laville e Dionne (1999) a entrevista não estruturada é aquela em que o pesquisador apoia-se em alguns temas e deixa o entrevistado construir sua resposta da forma que lhe for mais conveniente.

O corpus de pesquisa foi constituído por entrevistas realizadas com pescadores. Foram realizadas 8 (oito) entrevistas, as quais variaram em termos de duração chegando a ter até 37 minutos. Tal variação é normal visto que foram os próprios respondentes que trilham o caminho do que iriam expressar na conversa, uns falando mais que outros. O processo de coleta começou por meio de contato com o presidente da colônia de pescadores de Tamandaré via telefone. Na ocasião questionou-se se seria possível ir ao encontro do mesmo para conversar sobre a zona de exclusão de pesca e se alguns pescadores poderiam nos receber, ele afirmou que podíamos ir mas não marcou uma data. Em um sábado fomos a Colônia e ele estava lá com um outro pescador, mas nos recebeu, prontamente, e juntamente com o pescador nos contou a história sob sua ótica. Ele nos indicou a direção da casa da senhora que presidia a colônia antes dele e disse que para encontrarmos pescadores era só ir à beira mar. Foram encontrados seis pescadores na praia no momento em que estavam chegando da pesca ou saindo para pescar, procederam-se as entrevistas ao longo da extensão de areia na praia de Tamandaré e em seguida fui para casa da antiga presidente da colônia. Ela, que era presidente da colônia na época do fechamento da área e hoje está aposentada, nos recebeu juntamente com seu esposo, o qual foi pescador durante toda a vida. Nestas entrevistas buscou-se obter também um resgate histórico, tanto via tema questionado quanto pela inclusão da presidente da colônia de pescadores a época do fechamento a área de exclusão de pesca em Tamandaré.

As entrevistas foram transcritas e puderam ser analisadas. O processo de análise dos dados teve como inspiração a análise crítica do discurso de Fairclough (2001) ao buscar identificar formações discursivas. A intenção não foi construir uma teia de significados a partir das enunciações expressas pelos pescadores a respeito do objeto. Entenda-se enunciado como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2008, p. 98). Assim, os enunciados se constituem pelo agrupamento de signos que permitem que um conhecimento se concretize.

A construção dos enunciados foi um processo demorado que demandou leitura e releitura do corpus repetidas vezes. Foi procedida uma primeira leitura que propiciou a familiarização com os dados. Em uma segunda e terceira leitura trechos foram destacados e comentários foram feitos. Depois de procedida a releitura dos mesmos, com vistas a exploração das falas, os enunciados começaram a tomar forma. A priori foram criados 13 enunciados que ao serem relidos resultaram em sete enunciados os quais foram categorizados em duas



formações discursivas, quais sejam: resultantes da criação da área de exclusão de pesca e consequentes da criação da área de exclusão de pesca. As formações e seus enunciados serão pormenorizados nas duas seções seguintes.

6 Resultantes da criação da área de exclusão de pesca: a expressão de como os pescadores se sentem

A percepção dos pescadores diante da criação da área de exclusão de pesca, pode ser resumida em quatro resultantes. Em síntese, trata-se de sensação de manipulação, falta de malícia; necessidade de alternativas e insatisfação de forma geral. Estas resultantes são detalhadas aqui.

✓ Sentem-se manipulados por terem agido de boa fé e o acordo não ter sido cumprido

Há uma insatisfação entre os pescadores acerca da forma como foi procedido o processo de fechamento da zona de exclusão de pesca em Tamandaré. Tendo em pauta o fechamento da área, foi realizada uma reunião na colônia de pescadores para obter apoio para realizar tal ação. Fica claro no discurso dos pescadores que eles não foram a favor, inicialmente, mas que, diante da promessa de que seria por um prazo determinado e em virtude de ser uma época desfavorável a pesca, eles concordaram. As seguintes falas ilustram a situação: a) *“na época que foi solicitado esse projeto aqui, foi uma época que a pesca estava num momento muito difícil e eles chegaram aqui com uma promessa de fechar essa área e três anos depois, reabrir para ver como era a situação, se tinha progredido ou não”*; b) *“fez uma reuniãozinha, assim, com os pescadores e disse que só era por três anos, depois [...] abria e então ia ver a vantagem que ia ter dos peixes. Então, logo chiarão, não quiseram, mas ele (refere-se ao representante do Recife Costeiros) convenceu porque disse que realmente ia reproduzir e para os pescadores era bem melhor, mais favorável, e tudinho e que era só por três anos, aí eles concordaram”*.

Os pescadores não negam a participação no processo, mas sentem-se ludibriados por terem acreditado que era um acordo e que seria cumprido. O fato de ter passado o prazo determinado e a área não ser aberta foi um problema, mas, este foi intensificado pela forma como foi conduzido o processo. Não houve uma conversa explicativa na qual os pescadores fossem envolvidos, foi decretado por legislação federal e a área não pode ser mais aberta, eles foram apenas notificado e quando tomaram conhecimento já havia uma lei aprovada. O discurso dos pescadores expressa uma insatisfação geral com a forma como foi conduzido a oficialização do fechamento: a) *“essa coisa é importante, agora assim, pela forma que eles fizeram é meio complicado entendeu”*; b) *“quando foi com três anos, ele não abriu que quando os pescadores foram a ele, aí ele disse que não ia mais abrir e realmente não abriu mais”*; c) *“depois de três anos que foi a data que era pra abrir, aí não abriram, com outros seis mês [...] aí fizeram outra assembleia aqui e decidiram que não podia mais abrir, que não teria mais futuro né, então aqui o clima de briga porque queria abrir [...] e disseram que tinha mudado a lei”*. Em geral o discurso dos pescadores denota uma indiferença a sua participação no processo de tomada de decisão sobre uma área em que eles atuavam.

✓ Argumentam que foram manobrados por serem inocentes e acreditarem na “palavra”

Um fator que chama a atenção no discurso dos pescadores é o fato de que eles acreditam que eram mais vulneráveis e inocentes na época que foi proposto a criação da zona de exclusão de pesca. São exemplos disto as seguintes falas: a) *“concordamos (ao se referir ao fechamento da área), se eu falar pra você que não, vou tá sendo hipócrita, a gente concordamos por que eles chegaram com uma conversa tão bonita pra nós, que na época a gente não tinha essa orientação que a gente tem hoje, essa sabedoria que tem hoje”*; b) *“hoje é mais complicado*



(refere-se a criação de uma nova zona de exclusão), *na época as pessoas eram mais frágil, entendeu?*”; c) *“ele procurou saber logo das pessoas mais antiga né, a gente era um dos mais novos, a gente não chegou a participar mas já estava já ativo na colônia”*; d) *“na época não fez pesquisa com os pescador jovem, só usaram os mais velhos, não sei se era mais fácil deles convencer”*. Os pescadores mais jovens deixam claro que não foram envolvidos no processo e que quem opinou foram os mais velhos e atribuem o fato a uma possível facilidade de manobrar.

Este fato não é de todo esdruxulo visto que a grande sensibilização da maioria é o fato de não ter havido o cumprimento da “palavra”. Os pescadores relatam que na época havia o contrato da palavra, ou seja, um acordo poderia ser feito sem a existência de contrato formal. A mágoa e perda de confiança nos condutores do processo são expressas nestas falas: a) *“o maior problema na época realmente foi o fato de não terem cumprido a palavra, o que magoou os pescadores foi isso aí”*; b) *“existe benefício realmente em está fechado, mas o problema é que não cumpriu a palavra”*; c) *“não cumpriu a palavra, não cumpriu a palavra, ele não cumpriu”*; d) *“a presidente da colônia (na época) chamou ele até de ladrão de consciência né, é porque a gente confia, é lógico ... a gente confiou”*. Existem um clima de desaprovação a forma como foi conduzido o processo, eles se sentem magoados e usados e houve uma perda de confiança em relação ao projeto e seus executores.

Em um estudo desenvolvido com colonos no paraná Wachowicz (1985) evidenciou que antigamente a palavra valia muito mais do que qualquer papel assinado e registrado, ela era lei e podia ser cobrada pela força quando desonrada. Mesmo com a evolução das formalidades e criação de instrumentos político-legais, como cartórios, evitando que conflitos fossem dirimidos pela força e pela tradição, em muitos interiores a cultura de confiança ainda permanece. Sobretudo, na década de noventa, quando não havia tanta disseminação informacional. Passaram-se vinte anos desde o fechamento da área e, ainda hoje, há uma forte menção ao roubo da consciência daqueles que acreditaram no contrato de palavra. Fica nítido o conflito entre os instrumentos de controle, quando de um lado lança-se mão da tradição e do outro usa-se as formalidades político-legais.

✓ **Percebem benefícios em relação a preservação, mas clamam por alternativas à pesca**

Em geral os pescadores percebem que o fechamento da área para pesca trouxe benefícios em relação a conservação e preservação da natureza. Tal percepção fica evidente nas seguintes falas no que concerne as benesses de proibir o acesso à área: a) *“é importante [...] porque ali a gente vai ter um pouco de preservação”*; b) *“a quantidade de peixe e qualidade inovada de peixe, que a gente não topava antes [...] e sem falar na recuperação de corais”*. No entanto, os benefícios são descritos em termos de beleza: a) *“agora vê dentro da reserva, está lindo dentro da reserva”*; b) *“deu uma melhorada muito boa, para você vê é bonito demais”*. Em contrapartida, há questionamentos acerca das necessidades de sobrevivência da população local que, em sua maioria, depende da pesca, como expresso na seguinte fala: *“agora, só tem que não é com a boniteza que o pescador bota comida na mesa dos filhos não, ele bota comida do que arranja, do que pega e ele só pode pegar se for no mar, se não for no mar ele não pega, na areia ele não vai pescar [...] agora realmente, está é bonito”*. Fica evidente no discurso deles que é muito bonito de se ver como está a área, de ver que existe preservação e conservação da natureza, mas que existem necessidades práticas relacionadas a sobrevivência.

É consenso que a sobrevivência por meio da pesca está cada dia mais difícil. A área de corais é um abrigo natural de peixes e, portanto, é favorável a pesca, contudo, a questão não é a proibição de acesso a mesma, mas a falta de alternativas ao nativo. Os pescadores expressam a situação nas seguintes falas: a) *“a pesca tem ficado mais difícil em todo canto”*; b) *“hoje realmente para sobreviver da pesca, não tem como a gente sobreviver”*; c) *“eu acharia se ele pensasse nos nativos, no pescador que foi quem ajudou eles proteger aquela área [...] eu acho*



que faltava muito por parte deles pensar nos nativos”. Uma questão relacionada as unidades de conservação é que elas devem ser dispostas de forma que as potencialidades possam ser exploradas a fim de que a população possa usufruir dos recursos de modo sustentável. A pesca na região tem diminuído e os nativos tem migrado para outras atividades, sobretudo, o turismo. Mas, caso não haja políticas direcionadas a promoção de práticas sustentáveis não haverá adesão dos pescadores que são os principais atores da região.

✓ **Mostram-se insatisfeitos com a forma como são tratados, delatam a falta de informações e envolvimento do nativo e resolução arbitrária de conflitos**

É visível a insatisfação dos nativos para com as questões relacionadas ao gerenciamento da APA como um todo. Eles se sentem excluídos das decisões e alegam que não há envolvimento deles, que são os principais atores. Não existem um *feedback* das resoluções e nem um ciclo constante de informações. Exemplificando a situação com falas, tem-se: a) *“as mudanças que ocorreu durante esse tempo, eu acho que falta muito contato deles, dos responsáveis daquela área para com os pescadores, porque se você chegar na orla [...] pode andar ai, você não vai encontrar quase que nenhum pescador satisfeito, não vão pescar lá dentro, mas também não tão satisfeito com o que está acontecendo, aí isso é muito triste pra cidade, muito triste pros nativos que vive da pesca”*; b) *“não dá parecer aos pescadores como está funcionando aquilo ali, entendeu, quer dizer... falta de retorno pra o próprio nativo da cidade que sobrevive da pesca”*; c) *“o principal também é todo mundo ser informado, que que tá acontecendo, esse é o ponto”*. Há uma demanda por visualização da colônia, pois, só existem transmissão dentro da APA como vigilância, mas não há transmissão aos pescadores como informativo. O diálogo é esporádico e visto de forma coercitiva como imposição de decisões *top-down*.

Um outro ponto nevrálgico é a resolução de conflitos em relação a área, pois, qualquer ato que desrespeite a área leva as pessoas a responderem por crime federal, estando sujeitos a multa e até prisão. Contudo, é uma área marítima e está sujeita a correntes e a intempéries relacionadas a fatores naturais, como tempestades, correntes, entre outros. Além disso, os barcos podem sofrer algum dano e vir como eles chamam a rola, ou seja, de acordo com as correntes, sem controle. Assim, como em quase todas as áreas, haverá questões nebulosas que exigiram decisões subjetivas, além da imposição da lei. Estes conflitos incluem, inclusive, a expansão que vem acontecendo na área de exclusão de pesca pouco a pouco. Uma fala retrata bem esta situação: *“a primeira vez que fechou, ele fechou uma área, mas não empatava dos barcos passar, navegar, tudinho não, não atrapalhava, mas depois ele (representante do Recife Costeiros) e os empregado, foram aumentando, foram aumentando, inclusive eu falei com o capitão dos porto, ele veio, mandou que tirasse a marca que eu perguntei se no mar tinha viaduto”*. O questionamento acerca do viaduto no mar denota a indignação e impossibilidade de navegação em virtude de expansões não dialogadas.

7 Consequentes da criação da área de exclusão de pesca

Ao analisar os enunciados observou-se que o processo de fechamento da área acarretou em resultantes que culminaram em algumas consequências. Aqui ressalta-se enunciados constituídos a partir das consequentes do processo, quais sejam: necessidade de vigilância, rejeição a instituições de pesquisa e resistência ao fechamento de qualquer outra área.

✓ **Necessidade de vigilância constante, pois não é uma prática social**

Fica implícito em falas que se não houvesse a vigilância constante, com a insatisfação vivida, os pescadores não respeitariam a área e ela acabaria. Hoje as boias que demarcam a área



são entendidas como sinal de prisão, devido a decisão não dialogada, eles as veem como uma imposição e não como uma prática que beneficia a conservação e preservação. Todos os atores que participaram desta pesquisa expressaram o quão benéfica é a área, tanto para os corais quanto pela variedade e quantidade de peixes, sem falar nas espécies que estavam entrando em extinção e hoje habitam a área. Eles também são cientes de que se abrir acaba tudo e não querem ou defendem a abertura, pelo contrário são favoráveis a manutenção da zona de exclusão de pesca. Contudo, existem ressalvas nas falas de todos sobre as manobras políticas e não inclusivas, dos mesmos, no processo de transformação da área. Além disso, eles querem ser incluídos socioeconomicamente, pois, são eles que, realmente, vivenciam a região.

Institucionalizar o paradigma da sustentabilidade não é uma tarefa fácil, envolve reconfigurações sociotécnicas e ressignificações de valores. A simples instituição de regras e proibições não diminui a utilização de recursos, esta depende dos significados atribuídos pelos indivíduos às atividades, ou seja, dos hábitos relacionados às suas práticas diárias. Neste caso, o hábito se refere a práticas que os indivíduos se comprometem a reproduzir de forma consistente e recorrente (Shove, 2012). Assim, para que haja uma modificação nas práticas de uso de recursos, é fundamental que se promova a renegociação de hábitos. Conforme fala da presidente da colônia na época do fechamento, bem como, quando do prazo de abertura “*se ele [...] tivesse entrado em diálogo com os pescadores, talvez ele tivesse conseguido, ai tinha entrado em um acordo está vendo tá lindo, agora a gente tem que preservar isso aí, pra ele continuar vocês têm que amenizar por que tem que dar uma paradazinha vamos fazer um jeito, vamos*”. Percebe-se, assim, que não foi promovida uma ressignificação de valores, mas uma adequação a uma realidade imposta. Talvez, se o processo tivesse sido mais democrático e transparente teriam sido criados hábitos concernentes com práticas sustentáveis que poderiam ser disseminados na região.

✓ **Relutância em relação a Universidade e aos Institutos de Pesquisa e/ou Governamentais**

Tendo em vista o acesso viabilizado a pesquisadores e estudantes, sejam estes advindos de universidades ou outros institutos de pesquisa, há uma certa relutância em relação a pessoas que representem tais órgãos. Tem uma questão relacionada ao poder, pois, de certa forma, atores envolvidos em pesquisa são privilegiados, ao terem acesso amplo, mesmo que controlado, a área, enquanto os nativos, que nasceram, vivem e, em sua maioria, tiram seu sustento do mar não o tem. As falas a seguir alicerçam a questão: a) “*se você chegar lá para ir dá uma olhada, aí não tem problema... como vocês são da universidade né, aceita*”; b) “*teve uma menina que veio fazer uma pesquisa [...] telefonou pra gente, aí quando ela olhou para dentro da área ... [ele avisou] aqui não pode parar não, por que aqui é área fechada, [ela disse] deixe comigo, então, fez a pesquisa dela dentro da área [...] acredito que viram coisa bonita lá, eu acredito que viram, por que eu ouvi ela dizer, eu não sei por que eu não tenho possibilidade nenhuma né, condições nenhuma de entrar ali dentro não, se nós passar com uma jangada remando por lá, ele (representante do Recife Costeiros) pode prender a gente, e como pode, por que ele tem força*”. Além disso, há a crença de que existem ganhos financeiros relacionados as pesquisas enquanto a subsistência dos pescadores é dificultada. Como expresso na fala: “*a pessoa da universidade, pessoal sei lá de onde, vai, ganha o seu dinheiro mostrando ao pessoal o que tem dentro da área fechada*”.

As pesquisas em sua maioria geram resultados que os pescadores desconhecem, não há um retorno a um dos agentes sociais mais importantes do contexto estudado. Este cenário implica em uma separação entre acadêmicos e nativos, o que faz com que estes fiquem a margem em sua própria realidade vivida, enquanto aqueles se apropriam desta, inclusive, usando o conhecimento do nativo, que foi posto a margem no processo. Tal separação se



expressa, em termos de desconhecimento sobre as pesquisas, falta de acesso aos estudos ou de não entendimento destes, visto que muitos textos acadêmicos possuem uma escrita rebuscada que não é entendida pelo leigo. Contudo, as pesquisas impactam na vida diária do pesquisador, por exemplo, eles citaram uma lista de peixes que foram proibidos de pescar, contudo, eles só souberam quando a lista já estava estabelecida, via legislação federal, ou seja, foram os últimos a terem conhecimento. Isto está gerando uma antipatia e resistência em relação a contribuição para estudos, como exemplificado na fala: *“eu disse aqui, a gente não vai dar mais entrevista ao pessoal de universidade não, porque o pessoal fz um estudo lá, bota o que quer, e no final das contas quem está perdendo é a gente”*. Por mais que os estudos visem a preservação do meio ambiente, eles são agentes naquele contexto, como dito: *“não adianta funcionar pra ler e não funcionar pra agir”*, e precisam participar ativamente e serem detentores do conhecimento resultante de investigações em sua realidade social.

✓ **Resistência a criação de outras zonas de exclusão de pesca na APA Costa dos Corais**

A ideia era serem criadas outras zonas de exclusão de pesca no litoral abrangido pela APA Costa dos Corais, mas, aparentemente, não tem havido muita progressão neste sentido. Os pescadores de Tamandaré expressam-se em contrário a esta ideia e dispõem-se a influenciar os pescadores das proximidades de forma negativa a propositura de fechamento de outra área. As falas a seguir trazem esta questão à baila: a) *“eu sou contra, porque se eles pensassem nas duas partes, de fechar pra proteger a natureza, ótimo, mas também que trouxesse benefícios pros nativos, pros pescadores, não simplesmente você chegar e fechar uma área no mar e deixar os pescadores sem acesso de nada”*; b) *“hoje se perguntar: se nas cidades vizinha eles quiserem levantar um projeto desse você é capaz de ir lá, aprovar ou falar pro povo que não, eu vou e falo que não, que não aceito, porque eu acho que eles só pensam neles”*; c) *“a reunião de Maragogi eu fui, ai foi quando eu disse aos pescador, vocês querem ficar na mesma situação de Tamandaré? [...] por que o prejudicado de Tamandaré [...] é os pescadores”*.

Assim, ao invés de serem promulgadores da prática de fechamento de área em benefício da preservação e conservação dos ecossistemas marítimos os pescadores de Tamandaré se tornaram agentes contrários a prática. A zona de exclusão de pesca em Tamandaré é um modelo, e serve como caso de sucesso, tendo em vista a rápida recuperação do *habitat* de várias espécies, o que permitiu o aumento em quantidade e variedade de seres marinhos. Os pescadores sabem disso, *“essa área fechada de Tamandaré, é um espelho ai em todo canto”*, mas se veem de mãos atadas em relação as melhorias em sua condição de vida. Neste sentido, houve falhas no processo, ao não envolver ativamente o principal ator: o pescador. E, este, luta pelo seu empoderamento, como a arma que tem, que é o conhecimento sobre sua realidade. O caso de sucesso acaba não conseguindo ser transposto para realidades próximas por não ter sido pensado vislumbrando alternativas para o nativo.

8 Considerações finais

Partindo do entendimento de que a região abrangida pela APA Costa do Corais é um espaço constituído por bens comuns, na definição da Ostrom (1990), ou seja, bens que não pertencem exclusivamente a alguém, contudo, são usufruídos por todos, questiona-se não o fechamento da área em si, mas, o processo que levou a essa ação. Não há dúvida que a criação da zona de exclusão de pesca, do ponto de vista ambiental, no que tange à conservação e preservação do meio ambiente, mostra-se exitoso, tendo contribuído de maneira determinante para conservação do coral e das espécies que vivem nele. Importa destacar a Ostrom (1990, p. 15), quando pontua que o problema ambiental é real e indiscutível, todavia, o que se deve questionar *“é a melhor forma de limitar a utilização dos recursos naturais, de modo a assegurar*



a sua viabilidade econômica a longo prazo”. Na situação avaliada nesse estudo, conclui-se que a proibição da pesca, por meio da criação da APA, assegurou o retorno da sustentabilidade do meio ambiente local. Os óbices, contudo, estão na exclusão dos pescadores do processo de tomada de decisão sobre uma área que, se por um lado não pertence exclusivamente a ninguém, por outro lado era de uso e usufruto coletivo, nomeadamente daqueles que vivem e tiram seu sustento da mesma; assim como, na viabilidade ou sustentabilidade econômica do projeto para a comunidade local.

Os estudos da Ostrom acerca de bens comuns em várias comunidades do mundo evidenciam que, nem o processo de privatização, nem regulamentação estatal foram efetivos na solução de problemas ambientais. Segundo a autora “as comunidades de indivíduos formam maneiras diferentes de governar os bens comuns”, portanto, trazer os nativos para o processo de tomada de decisão sobre o seu contexto de atuação, de realidade e sobrevivência é imprescindível para alcançar uma governança sustentável no local (Ostrom, 1990, p. 16). Diante do exposto e dos estudos realizados, a postura que se defende é a de se concretizar projetos ambientais por meio da participação e engajamento local, com a efetiva aproximação dos agentes de instituições de pesquisa e governamentais para com a comunidade.

Acredita-se na necessidade de envolvimento do ator local, visto que para as pessoas adotarem atividades sustentáveis, é necessário que estas sejam práticas sociais, ou seja, façam parte do dia-a-dia destas (Shove, Pantzar, & Watson, 2012). No caso estudado evidenciou-se que os atores impactados mais diretamente pelo processo, os pescadores, não foram envolvidos. O resultado desse fato é que, localmente, não se gerou uma adesão social e, por conseguinte, disseminou-se uma visão pejorativa frente às comunidades de pescadores de outras áreas da região, que não são a favor da reprodução do processo em suas áreas de pesca e, por conseguinte, sustento. Tal fato compromete a consistência e a existência das chamadas atitudes sustentáveis, na APA Costa dos Corais como um todo. Este alijamento do processo do principal grupo de interessados e ao mesmo tempo de partícipes dessa prática, não reconhece a legitimidade deste e, por conseguinte, não reconhece como benéfico, exceto em termos de belezas naturais, o fechamento da área marítima.

Referências

- Berger, P. L., & Luckmann, T. **The social construction of reality**. New York: Doubleday, 1967.
- Brasil, **Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 23/07/2016.
- Capobianco, J. P. R. **Apresentação do Ministério do Meio Ambiente**. In: Prates, A. P.; Blanc, D. Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4. Brasília: MMA/SBF, 2007.
- Chappells, H.; Medd, W. & Shove, E. Disruption and change: drought and the inconspicuous dynamics of garden lives. **Social & Cultural Geography**, 2013, 12:7, 701-715.
- Fairclough, N. The dialectics of discourse. **Textus**, 2001, XIV, 2, p. 231-242.
- Ferreira, B. P.; Maida, M., & Cava, F. **Características e perspectivas o manejo da pesca na APA Costa dos Corais**. II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2001.
- Ferreira, B.P.; Maida, M. & Messias, L. T. **Os Conselhos Municipais De Meio Ambiente Como Instrumento De Gestão Integrada: A Experiência na Área de Proteção Ambiental Costa de Corais (AL/PE)**. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. Áreas Aquáticas Protegidas como



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



Instrumento de Gestão Pesqueira. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4. Brasília: MMA/SBF, 2007.

Flick, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Bookman/Artmed: Porto Alegre, 2009.

Foucault, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forenses, 2008.

Fundação Toyota. Fundação Toyota: Projeto APA Costa dos Corais. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=leJ6937hTKQ&t=1s>>. Acesso em: 26/07/2016.

Good News. APA Costa dos Corais Tamandaré-PE. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=81AICg_AyDI>. Acesso em: 26/07/2016.

Gramsci, A. **Selections from the Prison Notebooks**. London: Lawrence & Wishart, 1971.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (2007). **Roteiro metodológico para gestão de área de proteção ambiental, APA**. Diretoria de Unidade de conservação e Vida Silvestre - Brasília: Ed. IBAMA, 2007. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/roteiro_metodol%C3%B3gico_para_gest%C3%A3o_de_%C3%A1rea_de_prote%C3%A7%C3%A3o_ambiental.pdf>. Acesso em: 23/07/2016.

Laville, C., & Dionne, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Mar Sem Fim. **Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BSnLfJkiO2M&t=1118s>>. Acesso em: 26/07/2016.

Mello, R. J. F.B. **Apresentação do IBAMA**. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4. Brasília: MMA/SBF, 2007.

Merriam, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

Merriam, S.B. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Áreas protegidas**. 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/usos-permitidos>>. Acesso em: 25/07/2016.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Recifes de Coral**. 2016a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/recifes-de-coral>>. Acesso em: 25/07/2016.

Ostrom, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Prates, A. P. L., Cordeiro, A. Z., Ferreira, B.P., & Maida, M. **Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas de Uso Sustentável como Instrumento para a Gestão Pesqueira**. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4. Brasília: MMA/SBF, 2007.

Projeto Toyota. Projeto Toyota APA Costa dos Corais - Tamandaré PE. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_DmzG2Lf_mU&t=17s>. Acesso em: 26/07/2016.

Repórte Eco. Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ulzF981Kw04>>. Acesso em: 26/12/2016.

Shove, E. Habits and Their Creatures. In: WARDE, A.; SOUTHERTON, D. **The habits of consumption**. Helsinki: Collegium, 2012b, Vol. 12, p. 100-113.

Shove, E., Pantzar, M., & Watson, M. **The Dynamics of Social Practice: Everyday life and how it changes**. London: Sage, 2012.

Shove, E. Putting practice into policy: reconfiguring questions of consumption and climate change. **Journal of the Academy of Social Sciences**, 2012a.



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



Shove, E. The shadowy side of innovation: unmaking and sustainability. **Technology Analysis & Strategic Management**, 2012, 24:4, 363-375.

Spink, M. J. P., & Frezza, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentido. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Rio de Janeiro: Edição virtual, 2013.

Spink, M. J. P., & Medrado, B. Produção de Sentido no Cotidiano. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Rio de Janeiro: Edição virtual, 2013.

Suficiente. **O pescador pode viver do mar e não da pesca?** 2010. Disponível em: <<http://almeidadohrn.com/lang/pt/pernambuco/ircos/>>. Acesso em: 26/12/2016.

Wachowicz, R. C. **Paraná, Sudoeste: Ocupação, Colonização**. Curitiba: Litero-Técnica, 1985.